

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

### PROJETO DE LEI Nº 708, DE 2020

Altera o artigo 52 do Código de Defesa do Consumidor.

**Autora:** Deputada TALÍRIA PETRONE

**Relator:** Deputado GILSON MARQUES

#### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 708, de 2020, de autoria da ilustre Deputada Talíria Petrone, visa proibir a cobrança de multa, juros e outras sanções no caso de inadimplência do consumidor por caso fortuito ou força maior de notório alcance nacional.

O art. 1º do projeto altera o art. 52 do Código de Defesa do Consumidor, Lei 8078/1990, para adicionar o §4º e suspender a exigibilidade de dívida em caso de inadimplência por caso fortuito ou de força maior de notório alcance nacional.

A proposição tramita em regime ordinário e submete-se à apreciação conclusiva das Comissões de Defesa do Consumidor; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania (arts. 24, II e 54, RICD).

Nesta Comissão de Defesa do Consumidor, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

É o relatório.

#### II – VOTO DO RELATOR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216828511900>

O projeto foi apresentado no dia 18 de março de 2020, no início da pandemia deflagrada pelo COVID-19, e traz a situação de emergência em saúde pública em sua justificativa.

De acordo com a autora, a razão para existir do projeto se justifica pela dificuldade de milhares de pessoas de se locomover diante da emergência em saúde causada pela pandemia do COVID-19. Como vemos na justificativa:

“Além disso, milhares de pessoas, especialmente aqueles no grupo de maior risco – os idosos – não conseguem realizar pagamentos por telefone ou por meio de recursos eletrônicos. Exigir que estas pessoas se dirijam a bancos e casas lotéricas neste momento para que não tenham serviços cortados seria desobedecer às recomendações da OMS.”

Para atingir o fim proposto, o projeto adiciona §4º ao Art. 52 do Código de Defesa do Consumidor, Lei 8078/1990, com o seguinte texto:

“Art. 54 .....

§4º Caso o consumidor ocorra em a inadimplência por caso fortuito ou força maior de notório alcance nacional, a dívida terá sua exigibilidade suspensa, acarretando na não incidência de multa, juros e outras sanções derivadas da inadimplência temporária por 120 dias ou até 30 dias após findas as medidas de restrição de circulação.”

Para melhor analisar o projeto, é necessário que nos debruçemos sobre as consequências atualmente previstas na lei para caso fortuito e força maior no descumprimento de obrigações contratuais. O Código Civil brasileiro prevê em seu art. 393 a desobrigatoriedade de responder pelos prejuízos causados por situações de caso fortuito ou de força maior, pois elas têm o condão de impossibilitar o cumprimento do contrato. Trata-se, portanto, de uma previsão de excludente de responsabilidade civil:

“Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.



Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.”

Com o estado de calamidade pública decretado em março de 2020, há interpretação dos tribunais de enquadramento da atual pandemia como caso fortuito e de força maior. Todavia, a efetiva impossibilidade de cumprimento de contratos deve ser analisada caso a caso pelo juízo, que decidirá, ouvida a outra parte, se houve o instituto do caso fortuito ou de força maior.

O posicionamento majoritário dos tribunais, caminha para o entendimento de que o inadimplemento contratual em virtude da pandemia somente pode ser evocado como uma situação de caso fortuito e força maior na Justiça, se a parte comprovar que não estava inadimplente antes da pandemia ou que não descumpriu por situações diversas (por exemplo, má administração), prevalecendo sempre o princípio da boa-fé contratual.<sup>1</sup>

Assim, vemos que o entendimento prevalente na definição de caso fortuito e de força maior exige uma análise individualizada de cada caso, e não uma estipulação genérica, universal, e com prazo definido para toda e qualquer obrigação como o projeto traz.

Ainda, por mais que a justificativa tenha se baseado em grupos vulneráveis que não poderiam se transportar para adimplir suas obrigações, a proposição cria uma suspensão ampla a todo e qualquer consumidor diante de todas as suas dívidas, protegendo-o de qualquer multa, juros ou demais sanções, por 120 dias ou 30 dias após findas as restrições de circulação.

Verifica-se também a ausência de divisão de renda para usufruto do benefício proposto na proposição. Pelo texto apresentado, uma pessoa saudável e de alta renda poderia deixar de pagar por serviços de pequenos prestadores ou empresas familiares, pelo simples fato de existir a emergência nacional em saúde.

1 <https://news.fcrlaw.com.br/expresso/a-covid-19-o-caso-fortuito-e-a-forca-maior/>



Na atual conjuntura, o reconhecimento da normativa trazida pelo projeto levaria o Brasil a graves problemas de insegurança jurídica, incentivando pleitos judiciais para interrupção cobranças de obrigações da época do início da pandemia, lesando o judiciário, credores e, em última análise, os consumidores que iriam arcar com os custos trazidos a fornecedores.

Enaltecendo a iniciativa de proposição do presente projeto, pois certo de que foi apresentado com a melhor das intenções, é necessário olharmos para além destas quando se tratando de análise de políticas públicas. O prêmio Nobel em Economia Milton Friedman tem uma célebre lição sobre isto: “Um dos maiores erros que existem é julgar os programas e as políticas públicas pelas intenções e não pelos resultados.” O que pretendemos aqui é julgar os projetos pelos seus resultados, e, infelizmente, os resultados trazidos pelo projeto em análise são prejudiciais aos consumidores e aos brasileiros.

Assim, frente ao exposto peço escusas para votar pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº 708, de 2020.

Sala da Comissão, em 1 de dezembro de 2021.

---

**Deputado GILSON MARQUES (NOVO/SC)**  
relator

